

Desafios do CGEE e do SNCTI

Francilene Procópio Garcia¹

Resumo

Sob o ponto de vista da presidente do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), este artigo expõe um breve histórico sobre as várias transformações que impactaram a área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no País, desde o momento e o contexto que antecederam e inspiraram a criação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), até a importante contribuição oferecida pelo Centro nas Conferências Nacionais de CT&I. Passando pelas mudanças instituídas pela Constituição Federal de 1988, que formalizaram a inserção da CT&I nos planos de governo, e citando, ainda, a criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), a implantação dos Fundos Setoriais e os períodos de incertezas econômicas

Abstract

From the perspective of the president of the National Council of Secretariats for Science, Technology and Innovation (acronym in Portuguese Consecti), this article shows a brief history about the many changes that the area of Science, Technology and Innovation (ST&I) has undergone in Brazil, from the moment and context that have preceded and inspired the creation of the Center of Strategic Studies and Management (acronym in Portuguese CGEE), to the important contribution offered by the Center of National Conferences of ST&I. Going through the changes made by the 1988 Brazilian Constitution, which formalized the insertion of ST&I in government policies, and mentioning the creation of the National Council for the Scientific and Technological Development (acronym in Portuguese CCT), the implementation of Sector Funds and the period of economic uncertainty

¹ Secretária-executiva de Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba, presidente do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti) e membro do Conselho de Administração do CGEE, como representante do Consecti.

que também influenciaram as políticas do setor, a autora ressalta a necessidade de os atores da área apontarem continuamente, além dos avanços brasileiros em CT&I, também os gargalos e seus efeitos, no presente e para o futuro do País. O artigo destaca, do mesmo modo, a colaboração do CGEE nesse processo, como provedor de informações relevantes para apoiar as decisões acerca de políticas, estratégias e mecanismos em prol da CT&I e como colaborador do Consecti em sua missão de coordenar e articular os interesses comuns das secretarias estaduais de CT&I.

Palavras-chave: Parcerias CGEE/Consecti. Transformações no cenário brasileiro de CT&I. Elaboração de agenda positiva para CT&I.

that have also had a huge impact on sector policies, the author emphasizes the need that the acting members of the area have to point out both the national advances in ST&I as well as the pitfalls, and their effects, for the present and future of Brazil. Furthermore, the article highlights the collaboration that the CGEE has had in this process, as provider of relevant information to support the decisions concerning policies, strategies and mechanisms in favor of ST&I and also as a collaborator of Consecti in its mission to coordinate and articulate the common interests of ST&I state secretariats.

Keywords: Partnership CGEE/Consecti. Changes in the Brazilian panorama of ST&I. Elaboration of a positive agenda for SC&I.

Em 2001, a comunidade brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), atenta aos desafios e às oportunidades que ensejavam as transformações em movimento com o início de um novo século, acompanhava, também com atenção, o nascimento do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). A iniciativa, prontamente, recebeu a adesão de vários cientistas, pesquisadores, gestores e representantes de intuições relevantes ao ambiente de CT&I no País. O CGEE surgia com a incumbência de subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Neste momento de celebração de 15 anos, é oportuna a iniciativa do CGEE de registrar as contribuições de sua trajetória, incentivando, ainda, uma reflexão acerca das atuais motivações do 'ambiente Brasil de CT&I' para uma entidade com o seu perfil e papel: prover ativos informacionais que promovam uma maior sinergia no desenvolvimento e fortalecimento do setor de CT&I no País.

Uma breve olhada na história recente, em especial na parte final do século 20, resgata o espírito e a inspiração anterior à criação do CGEE. Em 1988, a promulgação da nova Constituição da República implantou mudanças significativas no campo de CT&I - o Estado passa a assumir

um papel estratégico nas atribuições da pesquisa científica, tecnológica, formação de recursos humanos e no incentivo às empresas para investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) -. Da mesma forma, a nova Constituição incentiva os Estados da Federação a vincular recursos orçamentários para as atividades de CT&I, impulsionando, no início dos anos 90, a criação de diversas fundações estaduais de amparo à pesquisa ou fundos de CT&I, vinculados às secretarias estaduais de CT&I ou congêneres. Esse período de final de século foi muito promissor para a consolidação de uma ambiência favorável à CT&I no Brasil: formaliza-se a inserção de iniciativas de CT&I nos planos de governos, fortalecendo o papel do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), criado em 1985; incentiva-se a criação de mecanismos de fomento e financiamento à pesquisa científica e formação de profissionais qualificados; ampliam-se as condições para a articulação mais efetiva entre a pesquisa científica e tecnológica e o setor produtivo; inicia-se um ambiente mais favorável ao diálogo amplo sobre a condução de políticas públicas em CT&I.

Tais mudanças, ainda no início dos anos 90, são sucedidas por um cenário de incertezas acerca do crescimento da economia do Brasil, em meio às mudanças no contexto mundial, o que resulta na ausência da necessária priorização e concretização de investimentos em CT&I, como parte de uma estratégia de desenvolvimento mais sustentável para o País. A manifestação da política de CT&I sem a devida concretização dos recursos financeiros transformou-se no desafio mais recorrente na agenda de CT&I, dificultando a obtenção de avanços mais estruturados, melhor planejados e com uma adequada sistemática de avaliação.

Também nos anos 90, como parte das mudanças inseridas com os processos de privatizações e reformas gerenciais lideradas pelo governo federal, ocasião em que emergem as agências reguladoras e as organizações sociais, observa-se um novo impacto na operação de diferentes atores públicos do SNCTI, que passam a lidar com novas restrições do financiamento público, além de limitações oriundas do próprio processo da reforma gerencial em curso. Um destaque deve ser dado à criação, em 1996, do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), cujas finalidades principais eram a formulação e implementação de uma política científica e tecnológica. Subordinado à Presidência da República, pretendia-se que tal centralização nas decisões do CCT contribuísse com o cenário de escassez de recursos.

A busca por novas fontes de financiamento à CT&I levou à criação de leis com foco em mecanismos novos de fomento à inovação. Com a implantação dos Fundos Setoriais, por exemplo, buscavam-se condições mais estáveis para os investimentos em CT&I, de forma a consolidar um aporte contínuo e escalável de recursos para a convergência da política industrial com as políticas de CT&I.

Em setembro de 2001, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de CT&I, que resultou na elaboração de diretrizes estratégicas para o setor, com previsões de implementação até o ano de 2010. O CGEE foi criado com a missão inicial de elaborar o *Livro Branco - Ciência, Tecnologia e Inovação* – consolidando essas contribuições resultantes da Conferência. Da mesma forma que contribuiu em 2001, o Centro manteve-se à frente da compilação dos demais resultados das Conferências de 2005 e 2010.

O CGEE surge, portanto, num momento importante, no qual os esforços da comunidade de CT&I e dos governos estavam focados na formulação e consolidação de um ambiente institucional mais favorável à CT&I, partindo da adoção de um novo marco regulatório que viesse a contribuir para o fortalecimento de políticas, mecanismos e programas de mais alto impacto para o Brasil.

Com a aprovação da Lei 10.973/04, ou Lei de Inovação, e da Lei 11.079/04 e respectivas regulamentações, avançamos no aprimoramento de competências para uma cooperação mais efetiva entre a academia e a indústria e nas regras para a contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, dentre outros pontos relevantes. No entanto, apesar de tais avanços no aparato institucional em prol da inovação, o Brasil ainda não conseguiu legitimar a CT&I com um caráter estratégico em sua agenda de desenvolvimento. A caminhada segue com o novo marco legal, sancionado em 2016, em processo de regulamentação.

Nesse cenário de inúmeras transformações e incertezas, a institucionalização da ciência, tecnologia e inovação no Brasil se apresenta como um imenso desafio diante de todos os atores envolvidos. É preciso que saibamos apontar continuamente os avanços já alcançados e seus impactos para o País, mas também os gargalos críticos e os seus efeitos – no presente e com um olhar no futuro -. O CGEE, desde o seu nascimento, associou-se a esse projeto, provendo um repositório avançado de informações para apoiar as decisões acerca de políticas, estratégias e mecanismos em prol da CT&I.

O Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti), desde a sua criação, em 2005, vem contando com a colaboração do CGEE na sua missão de coordenar e articular os interesses comuns das secretarias estaduais de CT&I. Dentre as iniciativas resultantes dessa bem sucedida parceria, o Consecti destaca:

- A construção do Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia Legal (PCTI/Amazônia) e Plano de Ciência, Tecnologia e para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro (PCTI/Nordeste), fundamentais para os Estados dessas regiões no apoio à construção de políticas de CT&I e na organização dos sistemas regional e local sobre o tema;

- A mobilização dos sistemas estaduais de CT&I para a organização das conferências regionais, que cumpriram etapas preparatórias para a Conferência Nacional realizada em Brasília, em 2010;
- Apoio ao Estado do Ceará, por ocasião da organização da 2ª Conferência Científica da Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação, na qual o Consecti foi a instituição articuladora;
- O provimento de informações relevantes para a elaboração dos Planos de CT&I no âmbito dos sistemas estaduais de CT&I, a exemplo de *Doutores 2010*, *Mestres 2012* e *Mestres e doutores 2015*, todos inseridos na linha dos *Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*, além de *Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas de CT&I (2010)*; e *Avaliação de Políticas de CT&I: Diálogo entre Experiências Internacionais e Brasileiras (2008)*, dentre outros;
- O estudo que resultou na publicação intitulada *Mapa da educação profissional e tecnológica – Experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras*, com a qual o CGEE trouxe importante contribuição para os Estados nos quais o ensino profissionalizante é parte da agenda de CT&I.

É oportuno lembrar que, desde 2011, com a incorporação da 'Inovação' na denominação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), todos os atores envolvidos com CT&I no País, incluindo as organizações sociais vinculadas ao ministério, encontram-se engajados na estruturação de linhas de ação e de eixos estratégicos, nos quais a CT&I deve ser 'estruturante para o desenvolvimento do Brasil'.

Para o momento atual em que o Brasil se encontra, apesar dos inúmeros entraves – o baixo crescimento da economia, a paralisação de agendas importantes no Congresso Nacional em função dos desmantelos da corrupção, a política de austeridade nos gastos públicos – é preciso que todos se mobilizem em torno de uma agenda positiva, com avanços estruturantes no âmbito do SNCTI. Este é o único caminho para a superação da crise, rumo a uma realidade menos vulnerável.

Ao CGEE, com toda a sua trajetória de contribuições no escopo do SNCTI e suas transformações, cabe uma reflexão acerca de seu papel no provimento de ativos informacionais para a construção dessa agenda, enquanto organização social vinculada ao atual Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). A construção dessa agenda positiva depende da pactuação e maior sinergia entre as diversas instituições, públicas ou privadas, cada uma

focada em sua missão, buscando agregar e contribuir para os avanços em áreas estratégicas e de alto impacto para o País. Este é o desafio atual do Brasil, esta é a oportunidade para o CGEE continuar evoluindo e em movimento.